

GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR – Uma Proposta de Educação e Saúde*

Tania Ribeiro Catharino¹

RESUMO

Esse trabalho se baseia em pesquisa desenvolvida em escolas da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2003 e 2005. Teve como objetivo, conhecer e analisar as formas como a ‘Orientação Sexual’, proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, está sendo implementada. Empreendeu-se uma pesquisa-intervenção: após um reconhecimento do cotidiano escolar e das concepções correntes da comunidade a respeito do tema tratado, foi proposta, implementada, acompanhada e avaliada uma estratégia alternativa àquelas que se baseiam unicamente na informação. Realizou-se ‘oficinas de educação e saúde’, onde foram tratados as categorias: Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva e Promoção de Saúde. Através de sua análise, evidenciou-se a importância da realização de uma abordagem sócio-histórica, que dê destaque às conexões das categorias estudadas com a classe social, a etnia, a religião e outras, presentes na constituição do sujeito coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Sexualidade, Saúde Reprodutiva, Promoção de Saúde, Adolescência e Juventude

GENDER AND SEXUALITY AT SCHOOL – A proposal of Education and Health

This work is based on the research developed with teenagers and young people at public schools in the north districts of the city of Rio de Janeiro, between the years of 2003 and 2005. Its aim was to know and analyze the ways the ‘Sexual Orientation’, proposed by the ‘Parâmetros Curriculares Nacionais’, is being implemented. An interventionist research was performed. After an acknowledgement of the school daily habits and of the community’s current conceptions about the discussed topic, an alternative strategy different from those, which are only based on information, was proposed, implemented, followed and evaluated. ‘Workshops on education and health’ were performed, where the following categories were evidenced: Gender, Sexuality, Reproductive Health and Health Promotion. Through its analysis, it became evident the importance of the accomplishment of a social-historical approach which emphasizes the connections of the studied categories with social class, ethnic, religion and others that are present in the constitution of the collective individual.

KEY- WORDS: Gender; Sexuality; Reproductive Health; Health Promotion; Teenagers; Youth

* Pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de estudos sobre gênero, geração, raça/etnia e educação – NUGERA/UERJ. Contou com o apoio do CNPQ, através do PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação – UERJ

Coordenadora da ASAJ – Área de Saúde de Adolescentes e Jovens – Secretaria de Estado de Saúde / RJ

Introdução

Assistimos hoje, em nosso país, um momento no qual vem sendo atribuída grande importância à saúde de adolescentes e jovens, o que envolve, inevitavelmente, o campo da educação. Esse fato parece estar relacionado a indicadores epidemiológicos (DATA-SUS, SINASC, IBGE), que apontam para situações que requerem um maior investimento, tanto no nível do planejamento, como no nível da execução de ações voltadas para esse estrato populacional. Acaba de ser elaborada a Política Nacional de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens (Ministério da Saúde – Área de Adolescentes e Jovens), que por sua vez, está em fase de implementação em vários Estados, dentre os quais, o Rio de Janeiro. Tal contexto ensejou este trabalho, que tem por objetivo tecer considerações sobre a sexualidade e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens – alunos da segunda série do Ensino Médio de escolas da rede pública de ensino, situadas na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Tem por referência a pesquisa “Ações socioeducativas na abordagem da gravidez na adolescência”, iniciada em 2003 e concluída em 2005 pelo NUGERA – Núcleo de Estudos de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Educação – da UERJ e contou com o apoio do Programa de Iniciação Científica / CNPQ. Dentro de uma perspectiva de educação e saúde, a referida pesquisa se dispôs a conhecer as propostas de ‘Orientação Sexual’ implementadas, assim como os pressupostos que as fundamentam. Num primeiro momento, participamos do cotidiano escolar, realizando observações participativas e entrevistando sujeitos do corpo docente e discente. Num segundo momento, propusemos uma ação socioeducativa alternativa às práticas correntes. Propomo-nos a, através de uma pesquisa-intervenção, elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a realização de oficinas de educação e saúde, que definimos aqui, provisoriamente, como um dispositivo pedagógico que visa a

construção do conhecimento coletivo e que, em nossa pesquisa, teve por objetivo a reflexão sobre a sexualidade e a saúde reprodutiva.

Para melhor organizar nossa exposição, iremos inicialmente, fazer um breve relato sobre a forma como a Orientação Sexual está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, relacionando-a com a maneira como ela se efetiva no cotidiano escolar. Num segundo momento, apresentaremos algumas considerações teóricas relativas ao gênero, à maternidade e à saúde reprodutiva, relacionando-as a algumas das principais posições, assumidas por nossos sujeitos, em relação a essas categorias.

A Orientação Sexual no Espaço Escolar e as Oficinas de Educação e Saúde

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1999), de acordo com a lei de Diretrizes e Bases, número 9394 de 20 de dezembro de 1996, propõe orientações gerais sobre o currículo básico: Português, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Educação Física e Artes. Na tentativa de compor um conjunto articulado e aberto a novos temas (dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais) e visando uma educação voltada para a construção cidadania (através de uma aprendizagem crítica e reflexiva), foram criados os Temas Transversais. São eles: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

No que diz respeito à Orientação Sexual² constatamos que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, esse tema transversal busca considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao ‘exercício da sexualidade com responsabilidade’ (PCN, 1999).

² Consideramos que deva ser problematizado o emprego do verbo ‘orientar’, pois ele nos remete à idéia de dirigir ou guiar, o que poderia levar educadores a julgar ‘a priori’ os comportamentos dos seus alunos como certos ou errados, bons ou maus, adequados ou inadequados e estabelecerem formas de manifestação universais e naturais para a sexualidade e saúde reprodutiva.

Em nosso país, constatamos uma insuficiência de políticas públicas, de programas e ações de saúde e educação que abarquem com exclusividade o estrato populacional que é definido como adolescência e juventude³. Ao lado desse fato, verificamos a importância de que as ações educativas partam de um conhecimento da realidade, que seja avesso às idéias de universalização e naturalização. Ou seja, que valorize as histórias de vida com suas singularidades e que possa traduzi-las em um conhecimento que, sem pretensões de generalização, possa nos dar elementos para transpô-lo para novas situações, oferecendo-nos elementos para explorar histórias de outros sujeitos que pertençam a grupos semelhantes, no que diz respeito às diferentes identidades: sexual, de gênero, classe social, étnica, religiosa e outras.

No que diz respeito às estratégias e às técnicas utilizadas nas intervenções de educação e saúde, destacam-se as ‘oficinas’ como ferramentas de trabalho. Reconhecemos sua importância como dispositivo alternativo à simples transmissão de informação, no entanto, não cremos que seu emprego possa por si produzir, necessariamente, algo novo. Referimo-nos ao que chamamos de uma certa ‘fetichização’ da técnica de oficinas, ou seja, à forma pela qual certas intervenções empregam esses dispositivos, convertendo-lhes em técnicas desprovidas de uma dimensão política, tornado-lhes, assim, incapazes de promover o questionamento das diversas categorias que atravessam o campo de análise, com é o caso do gênero. Esse fato nos levou a querer compreender e analisar as práticas educativas que se apropriam desses dispositivos, como etapa preliminar para propor estratégias de ação. Assim, a efetivação de ‘oficinas’ em nosso trabalho, teve como base uma postura que toma a saúde e a educação como campos atravessados pelas dimensões sociais, políticas e históricas. Utilizamos uma metodologia participativa e interdisciplinar, uma vez que nos propusemos a tratar os temas selecionados a partir de diferentes perspectivas, estabelecendo, de fato, uma construção coletiva do conhecimento, onde cada

³ Sobre esse assunto, ver Catharino, T. e Rezende, M. (2002)

envolvido deveria colaborar a partir de seus conhecimentos e experiências específicas, que seriam, no entanto, socializadas com todo o grupo.

Deve-se enfatizar, que um dos resultados desta proposta foi a formação de multiplicadores: pessoas aptas a estender esta estratégia em outras instituições e/ou comunidades, concretizando, o tão almejado ‘protagonismo / participação juvenil’. Reiteramos que a importância da atenção às demandas (que surgem da experiência coletiva) é condição para a realização de um trabalho, que verdadeiramente lhes atendam. Entendemos ainda, que o procedimento de avaliação deva ser constante. Ver e escutar a realidade – dos profissionais do ensino e dos alunos – foi um fator indispensável para a realização deste projeto, que teve esses dois personagens como os protagonistas de seus esforços. Dialogar com a realidade também se constituiu em etapa fundamental para entendermos nossa prática numa relação dialética com ela, sendo esse um precioso objetivo de nosso projeto.

Os temas aqui tratados emergiram durante a realização das oficinas de educação e saúde. São eles: Gênero e sexualidade – mitos, história e vivências; Família, educação e sexualidade; Gravidez na adolescência – causas e conseqüências; Doenças sexualmente transmissíveis; Prevenção e promoção de saúde. Esses temas foram introduzidos através de atividades, em geral lúdicas, que visaram a integração do grupo, a confiança mútua e o incentivo à participação de cada um. As oficinas, tal como efetivadas em nosso projeto, podem ser definidas como um dispositivo pedagógico, que se vale de atividades específicas – confecção de painéis, colagem, dramatizações, dinâmicas de grupo, jogos e outras – para promover a produção de um conhecimento, que visa ir além das dimensões individuais e humanistas, para se afirmar como coletiva e política, integrando dessa forma, a psicologia, a educação, a saúde, a história, a política e a cultura. `A dimensão afetiva também foi atribuída grande relevância, uma vez que,

entendemos que qualquer ação educativa leva à transformação do educando. Tal transformação para se operar, o faz, necessariamente, tanto no nível intelectual, como no afetivo.

Após uma etapa preliminar, onde as pesquisadoras participaram do cotidiano escolar, realizando observações participativas e entrevistas abertas com os sujeitos do processo – a comunidade escolar – acordou-se que a adesão às oficinas seria voluntária e que essa atividade se integraria às aulas de biologia e de educação física, ou se efetivaria nas lacunas da grade de horário das aulas – as ‘janelas’. Apesar de entendermos que a sexualidade esteja presente em todas as práticas e discursos – formais e informais – que têm lugar no espaço escolar, essa escolha se justifica pelo fato das aulas de biologia e educação física terem se mostrado como o lugar instituído, onde emergem de forma explícita, os discursos e práticas sobre o corpo. A despeito que, nessas aulas, em geral, a sexualidade, o gênero e a saúde reprodutiva sejam reduzidos aos seus aspectos anatomofisiológicos, aceitamos esse espaço que nos foi oferecido como forma de prosseguir com nosso projeto. Ao propormos as oficinas de educação e saúde como uma ação socioeducativa⁴, pretendemos reiterar a importância dos alunos refletirem a respeito de suas próprias atitudes, comportamentos e desejos, relacionando-os com o contexto macro-social, e tornando-se agentes do processo educativo.

Ações socioeducativas no contexto de uma pesquisa-intervenção

Ao longo da realização das oficinas, evidenciamos algumas questões, que passamos a enumerar e analisar:

1) Orientação Sexual – Nos relatos que surgiram nas oficinas e nas entrevistas que a precederam, verificamos que os adolescentes reivindicam uma disciplina específica referente à

⁴ Ações socioeducativas, diferentemente das atividades extra-curriculares, estão intrinsecamente articuladas ao conteúdo curricular. São estratégias que têm por objetivo a potencialização da aprendizagem

orientação sexual, pois consideram suas famílias conservadoras, o que ocasiona uma falta de diálogo em casa. Declaram que buscam informação através da mídia, dos amigos, da escola e também através das religiões (que exercem o papel de elucidar e orientar os jovens sobre as questões referentes ao tema, levando em conta os dogmas de cada uma). Os jovens abordados demandaram um espaço e um tempo específico para tratar do tema sexualidade. Segundo eles, a orientação sexual é um ‘campo disciplinar’ e deve ser tratado no espaço escolar.

Também pudemos verificar que as propostas pedagógicas sobre orientação sexual se restringem a promoção de palestras, são organizadas por núcleos de saúde, limitam-se à dimensão biológica e têm caráter informativo.

Entendemos que o desejo dos alunos de poderem contar com um espaço específico para a ‘orientação sexual’ deva ser valorizado por nós profissionais. Há uma demanda que requer uma resposta de nossa parte. No entanto, algumas considerações devem se tecidas:

Em primeiro lugar, apontamos para o fato de que a articulação entre educação e saúde deve respeitar as particularidades e uma certa autonomia do espaço escolar. A realização de palestras por profissionais de saúde, dirigidas aos alunos, contém o risco de fracionar o trabalho pedagógico, colocando nas mãos de ‘especialistas’ alheios ao cotidiano escolar, uma atividade que diz respeito às formas de relação, aos discursos, aos jogos de poder e às trocas afetivas que são produzidos naquela comunidade. Entendemos que a contribuição do profissional de saúde deve se efetivar mediante estratégias que contribuam para instrumentalizar os profissionais da educação. Através de trocas e da apropriação de dispositivos do campo da saúde, os profissionais da educação poderão produzir novas práticas e discursos, que serão por sua vez apropriados e reinventados, quando de sua efetivação nas atividades realizadas com adolescentes e jovens.

Também apontamos para a importância de que as propostas pedagógicas não se restrinjam a uma dimensão meramente informativa. Com isso não estamos negando a relevância desta

dimensão. Porém, acreditamos que o processo educativo deve ir além, ou seja, deve estimular a produção do conhecimento e é dentro deste contexto que se insere a proposta de formação de multiplicadores: queremos que os jovens que tenham participado das ações socioeducativas possam (re)produzi-las, efetivando assim, o protagonismo/ participação juvenil.

2) O corpo concreto dos jovens – sua vivência, seu conhecimento e a singularidade de suas histórias não são considerados. As iniciativas do corpo docente de abordar questões relativas à saúde reprodutiva são individuais. Geralmente partem de professores de Biologia e enfocam aspectos meramente anotomofisiológicos, que dizem respeito a um corpo abstrato, apontando para a necessidade de uma análise que aborde, tanto a adolescência como a saúde reprodutiva numa perspectiva sócio-histórica.

Um ponto fundamental para o entendimento da amplitude da Orientação Sexual é o fato de que a sexualidade não é uma dimensão separada das práticas e discursos que circulam e atravessam o cotidiano escolar. O fato de se instituir uma ‘Orientação Sexual’, não significa que esse seja o único dispositivo, ou o mais privilegiado, que dará expressão à sexualidade dos sujeitos no espaço escolar. A sexualidade se expressa em seu interior, através de todas as relações que nela têm lugar e abrange todos os personagens dessa comunidade. Os adolescentes expressam sua sexualidade, assim como sua vivência amorosa, através das roupas que usam, músicas produzidas e consumidas, pela linguagem gestual, pelos movimentos, em esportes praticados ou vivenciados por eles, e até no humor.

3) A construção do gênero: sexismo e ambivalência – No que diz respeito às concepções sobre o gênero percebemos que o ‘sexismo’ é referido por nossos sujeitos como relativo à ‘natureza’ de homens e mulheres. Certas atitudes são classificadas ‘a priori’ como femininas ou masculinas e defendidas, ignorando-se as origens da categoria gênero.

Falar sobre a construção do gênero nos remete, inevitavelmente a outras categorias, especialmente à sexualidade. É impossível nos referirmos à primeira, sem nos referirmos à segunda. No entanto, para melhor organizarmos nossa exposição, iremos dividi-las em dois tópicos, o que não evitará o atravessamento de uma e outra categoria, quando discorrermos sobre elas.

A história do conceito de gênero está intrinsecamente ligada à história do movimento feminista contemporâneo,⁵ que passa a se constituir como um movimento organizado no século XIX, ganhando, no entanto, maior expressão, quando no início do século XX, ele se concentra em torno do ‘sufragismo’. Esta é considerada uma ‘primeira onda’ do movimento feminista, que volta à cena na década de 60, caracterizando o que foi chamado de ‘segunda onda’ (LOURO, 1997). Nesta década, em meio a tantas transformações políticas e culturais que tiveram por pressuposto um questionamento das instituições sociais, ressurgiu o movimento feminista. Embalado pela contracultura, pela crítica aos costumes, à família, às formas de governo e às instituições econômicas, haveria neste momento um elemento a mais, que viria a dar um novo colorido à luta pela liberação da mulher: a pílula anticoncepcional. Não era novidade a relação entre o considerado destino biológico da mulher – ser mãe – e todas as justificativas para as formas de opressão sobre ela exercidas. Portanto, o advento de um dispositivo que poderia introduzir no campo do inevitável, a opção – ser ou não ser mãe? – foi recebido como a ‘pedra-de-toque’, que viabilizaria o início da desconstrução do binômio sexualidade – procriação.

A interseção do movimento social feminista com os estudos acadêmicos que tomaram a mulher como alvo de suas pesquisas deu um outro impulso neste cenário. Evidencia-se que, ao lado de uma certa invisibilidade da mulher como sujeito social, havia

⁵ Para um maior aprofundamento sobre o tema ver Louro (1997), Giffin (1999) e Scott (1980).

também uma invisibilidade, enquanto sujeito da ciência. Surge, então, o conceito de gênero, em meio ao movimento social feminista. Este penetra no espaço acadêmico, levando-o a se voltar cada vez mais para a construção e problematização de categorias teóricas, construídas para funcionarem como instrumentos capazes de auxiliar na compreensão e transformação da realidade vivida. Os ‘estudos da mulher’ representaram um fator de modificação nos modos de se fazer ciência, pois trouxeram para dentro da academia a paixão política que, atravessando o fazer intelectual acabou por abalar a tradicional posição positivista, preconizadora da neutralidade. Muitos foram os avanços que adviram destes primeiros estudos da mulher. Dentre suas conquistas podemos enumerar dois principais: o fato de dar voz àquelas que haviam sido historicamente silenciadas; e a introdução da marca política no interior da academia. Assim, foram questionados pressupostos metodológicos que preconizavam a neutralidade, que defendiam questões ‘desinteressadas’ e que incompatibilizavam o fazer científico e os movimentos sociais.

Em um primeiro momento, no qual estes estudos se concentraram em descrições das vidas femininas, nasce a necessidade de formulações teóricas explicativas, que dessem conta de desvendar os mecanismos da opressão feminina. Algumas abordagens surgiram: as marxistas buscaram uma explicação causal; já as psicanalíticas utilizaram uma perspectiva interpretativa-compreensiva; as feministas radicais negaram qualquer quadro de referência que se deduzisse da lógica androcêntrica. No entanto, o que unifica todas estas abordagens são dois aspectos: em primeiro lugar, a crença que o fazer científico não pode ser neutro, pois traz em si, pretensões politicamente engajadas de mudança; em segundo lugar, a tentativa de desvendar e destruir – cada uma por seu caminho teórico – a causa central da opressão feminina.

Talvez hoje, possamos comentar a ingenuidade desta empreitada: acreditar numa determinação única e localizada, que promoveria a emancipação feminina, através de uma

história linear. Foucault (1989) opõe esse tipo de poder, identificado como poder-repressão, à capacidade que ele – o poder – tem de produzir discursos, práticas e corpos. Para ele, o poder atravessa o tecido social: não há um lugar de onde emane ou se exerça o poder. Cremos que é à produtividade do poder que devemos nos reportar, até mesmo, e principalmente, quando o terreno do qual tratamos se refere à sexualidade (FOUCAULT, 1977). Senão, como explicar toda esta produção sobre a sexualidade? Como explicar que, apesar de toda uma literatura – que desde o século XVIII está plena de preceitos, regras conselhos médicos e instituições de toda sorte – voltados para o controle do sexo da mulher, do adolescente e da criança, ainda assim, esta sexualidade se negue a ser calada? Ao contrário, ela é cada vez mais falada, consumida, exercida. Com isso, não queremos negar que haja uma opressão da mulher. No entanto, não será com a descoberta de uma causa repressora que promoveremos sua emancipação. Ademais, a idéia de uma relação dualista – homem oprime a mulher – merece ser repensada e cremos que foi exatamente para fazer face a esta dicotomia, que o conceito de gênero foi produzido.

Mais do que uma ferramenta analítica, gênero passa a se constituir enquanto uma ferramenta política, na medida em que o que é enfatizado é exatamente a construção histórica e social que se erige a partir das diferenças biológicas. Tal fato tem uma forte implicação metodológica. No momento em que se admite a importância das relações sociais, como terreno a partir do qual se constroem os gêneros, tal conceito adquire um aspecto eminentemente relacional. Afirmações que buscam uma essência que explique e/ou defina as masculinidades e feminilidades, cedem lugar ao estudo dos processos através dos quais os gêneros se produzem. Por outro lado, as abordagens do gênero vão passar a admitir a pluralidade e a multiplicidade desta categoria, que irá diferir não apenas em sociedades e momentos históricos diversos, mas também dentro de uma mesma sociedade, atravessada que esta é, por diferentes identidades: de

classes social, étnico-raciais, religiosas e outras. Esta constatação esteve constantemente presente em nossa pesquisa.

Nos relatos obtidos nas ‘oficinas’, percebemos uma grande ambivalência, no que diz respeito à forma com se produzem as identidades de gênero de nossos sujeitos. Eles oscilam entre o elogio aos papéis instituídos, por vezes assumidos, e o desejo de transgredi-los. Relatam, por exemplo, que rapazes e moças freqüentam os mesmos lugares, mas enfatizam a importância das diferenças de comportamentos entre uns e outros. Ao mesmo tempo em que as meninas se ressentem de terem horário para chegar em casa, criticam aquelas que não seguem essa norma e a desqualificam socialmente. Também apontam o fato das mulheres terem obrigações domésticas, enquanto os homens não as têm, mas encaram esse fato como esperado e inevitável. No que diz respeito aos jogos amorosos, são afirmadas diferenças significativas, como quando se defende a atividade masculina e a passividade feminina, sendo que aqui o sexismo é referido não só como natural, como também desejável. Tais constatações, quando confrontadas com os inegáveis avanços que o movimento feminista produziu nas relações homens - mulheres, nos remete, mais uma vez, à necessidade de analisar essas relações num contexto onde outras dimensões – como classe social, etnia, religião – estejam presentes.

4) Sexualidade e Saúde Reprodutiva – A semelhança do gênero, a sexualidade é tomada de maneira desvinculada do contexto político e social, desconsiderando-se que suas relações com a maternidade vão além de um ‘destino biológico’. O discurso que vincula mulher, sexualidade e maternidade apareceu como natural nas falas de meninas e meninos, ao longo das oficinas.

Evidenciamos que a abordagem da Saúde Reprodutiva torna indispensável um conhecimento das bases sócio-históricas que levam à compreensão da emergência do conceito moderno de ‘maternidade’. Até o século XVIII, as mães não eram consideradas peças-chaves para o desenvolvimento e a educação das crianças (NUNES, 2000; BADINTER, 1985). Foram

os altos índices de mortalidade infantil, a necessidade de combater a disseminação de doenças e os mitos sobre a sexualidade feminina, que levaram a mulher a ocupar os lugares de esposa e mãe, conferindo a eles uma posição destacada na hierarquia familiar. O enaltecimento da maternidade se fortalece com a medicina higiênica, que nos séculos XVIII e XIX discorrerá sobre o corpo e o sexo feminino. Visando melhor controlar as suas funções, fundamentalmente a maternidade, o corpo feminino se tornará alvo privilegiado de discursos e práticas médicas. Através dessa estratégia, a sexualidade feminina, antes vista como selvagem e degradada, passa a ser valorizada, na medida em que é restrita à sua função de procriação. Cria-se em torno da mulher uma imagem de devoção, associando-lhe ao espaço doméstico e identificando-a, assim, à dimensão da vida familiar e privada (NUNES, 2000; FOUCAULT, 1977 e 1989). Surge uma poderosa aliança entre três instituições: escola, família e medicina. Essa terá como finalidade melhor conter os ‘excessos da sexualidade’ feminina, dar à maternidade o status de ‘missão sagrada’ e vincular família e escola em torno de um projeto disciplinador e normatizador, com vistas à criação dos ‘bons cidadãos’ (COSTA, 1983; CASTEL, 1978). O enaltecimento do ‘amor materno’ e a idéia de uma ‘natureza feminina’, vão aos poucos reduzindo o sexo à procriação, e a mulher ao espaço doméstico.

Ainda que o movimento de mulheres nos tenha trazido no século passado, transformações significativas, ainda hoje os espaços e oportunidades sociais se encontram assimétricos para homens e mulheres. Também aqui, essa relação irá assumir diferentes formas, em consonância com a classe social, a etnia, a religião e outras identidades. No que diz respeito à população abordada por nossa pesquisa, evidenciamos uma certa ‘descrença’ no que diz respeito as oportunidades sociais, o que parece fazer com que o papel de mãe se fortaleça como um ideal desejável e viável para muitas das meninas abordadas. Seus relatos ratificam a dicotomia entre os espaços público/privado e reservam para as mulheres as atividades características do segundo. No

entanto, esta concepção é referida de forma ambígua: se por um lado é reprovada – com base num discurso que aponta para os avanços verificados pelo ‘movimento de mulheres’ no mundo contemporâneo – por outro lado é aceita como natural e explicada a partir de uma ‘essência feminina’. Tais fatos ratificam a importância da efetivação de programas educativos que produzam questionamentos sobre as construções sociais que constituem os sujeitos e têm como resultado a institucionalização de certas proposições, que resultam em discursos e práticas baseados na naturalização e na universalização de conceitos como ‘sexualidade’ e ‘saúde reprodutiva’. Frente a esta realidade, cabe aos educadores analisar as motivações dos adolescentes e jovens, para juntos com eles produzir caminhos alternativos àqueles instituídos.

5) Adolescência e Promoção de Saúde – Nos relatos dos participantes das oficinas, eles definem a adolescência como ‘uma etapa da vida na qual ocorrem alterações no corpo e em suas mentes’. Dizem que estão preocupados com o futuro e que o momento presente é vivido como um hiato, que antecede a vida adulta e que deve ser aproveitado para a ‘diversão’, contrapondo-a ao ‘trabalho’, que é referido como atividade típica do mundo dos adultos. Tal definição é consonante com aquela instituída, na qual se pautam, em geral, as ações de saúde e educação. Note-se que, para muitos dos nossos sujeitos, essa é uma definição ideal, já que muitos trabalham e auxiliam no sustento familiar. Em suas falas também identificamos, de forma recorrente, uma concepção muito presente em nossa cultura: a vinculação da adolescência a comportamentos transgressores e rebeldes. Essas concepções, longe de serem naturais, têm história.

Como nos mostra Calligaris (2000), a definição da adolescência como uma fase de transição e ambigüidade é produzida na modernidade. Podemos dizer que ela é o correlato da idéia de infância, tal como nos mostra Ariés (1973). Ao serem retiradas do convívio na comunidade, as crianças irão precisar de uma etapa de socialização para serem inseridas no mundo dos adultos. Esse fenômeno vai tomando características próprias, em consonância com

diferentes lugares e momentos históricos. Entendemos ser mais apropriado falar em adolescentes, do que em adolescência, dada a finalidade de marcar a forma como os recortes de gênero, de sexualidade, de classe social, de cultura, e outros, vão definindo uma ‘condição’ de ser adolescente, em contraposição à idéia de um ‘estado’. Mesmo assim, a presença de algumas características, tidas como universais, vão reiterando a idéia de ‘estado’: é o que acontece com os conceitos de rebeldia e transgressão. Esses são tidos como manifestações naturais dessa etapa da vida. No entanto, se lançarmos luzes sobre as formas através das quais eles são produzidos, poderemos compreender melhor esse processo. Dentre outras determinações, sua produção apresenta conexões com a dimensão econômica, que demanda um adiamento do ingresso desse contingente populacional no mercado de trabalho, dada a incapacidade desse último de abrigar a todos, deflagrando, portanto, rebeldias e transgressões. Dentro daquela lógica, surge o termo ‘aborrecência’, criado e utilizado para desqualificar as insatisfações sociais deste estrato populacional.

Nesse contexto, as noções de ‘riscos’ e ‘vulnerabilidades’ despontam como preciosos conceitos, que irão basear as ações de saúde e educação dirigidas a adolescentes e jovens. Nas oficinas, eles foram definidos como ‘um momento de fraqueza de cada um, já que cada pessoa é diferente. Por isso quando se está vulnerável a pessoa fica mais exposta aos riscos’. Consideramos muito importante fazermos uma primeira distinção entre ‘riscos’ e ‘vulnerabilidades’. No que diz respeito ao último, sua definição aponta para uma abordagem coletiva, enquanto a ‘prevenção de riscos’ reduz as questões relativas à sexualidade (e outras) a uma dimensão estritamente individual. Entendemos a saúde como conceito coletivo, que vai muito além da transmissão de preceitos sobre atos saudáveis e insalubres. Refere-se às condições – sociais e coletivas – que garantem não apenas seu acesso, mas sua produção, sendo as vulnerabilidades situações sociais, em relação às quais todos nós somos partícipes e responsáveis.

Estão dadas as bases para que possamos refletir acerca da ‘promoção de saúde’. Esse conceito nos leva a um distanciamento da dicotomia saúde – doença. A promoção implica numa postura que aponta para a ‘saúde integral’, entendida como forma de apreender as pessoas em sua totalidade, abarcando todas as dimensões que a atravessam. Pensar em saúde integral significa deslocar nosso foco de uma perspectiva estática para uma dinâmica. Implica ainda, em ultrapassar a dicotomia saúde – doença, visando o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, desenvolvendo ações que visem a melhoria de sua qualidade de vida. É conceber a saúde – não como em bem – mas como produção incessante, que nos remete à produção da própria vida, em seus aspectos objetivos e subjetivos. A saúde é coletiva: isso não é apenas um conceito, é um processo que envolve a todos nós. Ele requer que a academia se una ao movimento social e que as dimensões médicas, educacionais, psicológicas, históricas, econômicas, sociais e políticas, dentre outras, se aliem em torno dos mais diferentes objetos, assumindo a necessidade de parcerias com outras instituições e setores, assim como conexões de práticas e saberes. Essa necessidade se faz presente nos programas voltados para a promoção de saúde desses dois personagens aqui estudados – os adolescentes e os jovens.

Considerações finais

Parece existir um tipo de pensamento segundo o qual a explicitação de algumas questões implica no risco de que elas sejam incentivadas ou estimuladas. Tal pensamento parece ser recorrente no caso de temas relacionados à sexualidade, ao gênero e à saúde reprodutiva, principalmente quando elas dizem respeito aos adolescentes e jovens e, ainda mais, quando ela está referida ao espaço escolar. Ao realizarmos a pesquisa que aqui foi sumariamente relatada pudemos perceber que, a despeito destes temores, há algo mais urgente e imperioso e que deve ser alvo de nossa atenção: referimo-nos ao interesse demonstrado pelos jovens em discutir este

tema transversal nas instituições escolares. Curiosamente eles nos revelam que confiam na escola como um espaço de liberdade, onde tabus e mitos possam ser postos a prova. Acreditamos que esta confiança não deva ser desconsiderada. Ao contrário, deve ser valorizada, uma vez que pode funcionar como alavanca que revitalize a educação em nosso país. Neste sentido, nossos esforços devem ser voltados para a implementação da “Orientação Sexual”. Referimo-nos a uma ‘Orientação Sexual’ constantemente reinventada em função das singularidades históricas e sociais dos contextos e dos sujeitos em relação aos quais ela dirija. Ou seja, uma ‘Orientação Sexual’ comprometida com a promoção da saúde integral, levando em conta as multiplicidades e não se deixando enredar pelos comportamentos normatizados, pelas regras construídas em torno do gênero e pelas relações de poder que atravessam as instituições políticas e sociais. Mesmo que tenhamos restrições a esta expressão, acreditamos que, ao nos apropriarmos dela e da proposta que ela abriga poderemos avançar em direção a intervenções mais pertinentes com nossas concepções sobre a sexualidade de nossos jovens, efetivando, de fato a promoção de saúde, dentro de uma perspectiva interinstitucional e intersetorial.

Referências Bibliográficas:

ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

BADINTER, E. *Um amor conquistado – o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

CALLIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CATHARINO, T.R., *Da Gestão dos Riscos à Invenção do Futuro: considerações médico-psicológicas e educacionais sobre histórias de meninas que engravidaram entre 10 e 14 anos*. Tese de Doutorado IP/USP, 2002.

- CATHARINO, T., REZENDE, M.A., *Jovens em busca de um lugar social: algumas considerações sobre políticas públicas e educação*. Presença, Rio de Janeiro, v.1 (2): 6-15, 2002.
- CASTEL, R, *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1978.
- COSTA, JF, *Ordem média e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DATASUS, www.datasus.gov.br
- FOUCAULT, M, *História da sexualidade – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____ *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GIFFIN, K, *Corpo e conhecimento na saúde sexual: uma visão sociológica*. In: GIFFIN, K e COSTA, SH (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- IBGE, www.ibge.gov.br
- LOURO, G.L., *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 364p., 1999.
- NUNES, SA., *O Corpo do Diabo: entre a cruz e a caldeirinha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCOTT, Joan, *Gênero: uma categoria útil de análise*. In: *Educação e Realidade*, CIDADE, v. 16 (2), 1990
- SINASC, www.datasus.gov.br/catalogo/sinasc.htm